



Na Mídia

26/03/2021 | [Valor Econômico](#)

Alvo de liminar, leilão de aeroportos atrai interesse

Para investidores e advogados, questionamentos podem gerar atrasos, mas não devem impactar projetos; certame está marcado para 7 de abril

Taís Hirata



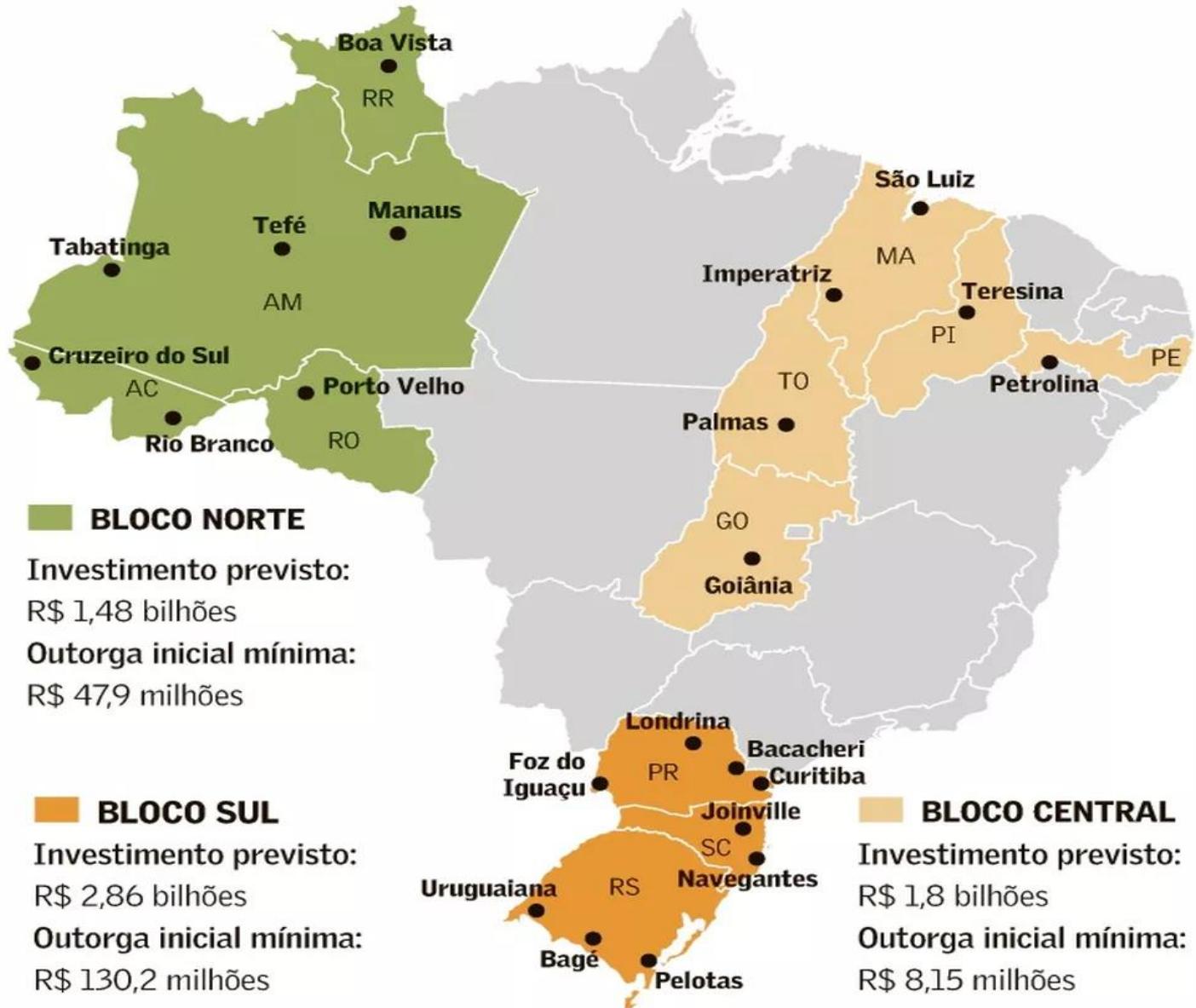
O leilão da concessão de 22 aeroportos federais, a princípio marcado para o dia 7 de abril, está temporariamente suspenso por uma liminar judicial e tem sido alvo de outros questionamentos. Ainda assim, o mercado continua mobilizado para a licitação e prevê interessados em todos os blocos, apesar dos impactos da pandemia no setor.

A ação judicial que levou à suspensão do leilão, nesta semana, foi movida por uma associação de Santa Catarina, chamada Foro Metropolitano da Foz do Rio Itajaí-Açu. A entidade questiona especificamente os estudos técnicos da concessão do aeroporto de Navegantes (SC), que será licitado dentro do Bloco Sul, juntamente com outros aeroportos, como os de Curitiba (PR) e Foz do Iguaçu (PR). Em sua decisão, porém, o juiz da 3ª Vara da Justiça Federal em Itajaí determinou o cancelamento de toda a concorrência, que inclui outros dois blocos regionais - Norte e Central.

O governo já recorreu para derrubar a liminar e manter o cronograma do leilão. A ideia é que os interessados entreguem os envelopes com suas propostas no dia 1º de abril.

Sexta rodada de concessões

Governo planeja licitar 22 aeroportos regionais



Fonte: Orizon Valorização de Resíduos S.A.

Além da liminar, houve ao menos duas tentativas de impugnação do edital. Os pedidos foram negados no âmbito administrativo, mas acendem um alerta de possíveis novas ações judiciais.

Para o advogado do escritório Demarest, Bruno Aurélio, chama a atenção principalmente o pedido de anulação feito pelo governo de Santa Catarina. O estado, que tem dois aeroportos incluídos no Bloco Sul, cobra mais investimentos, principalmente no aeroporto de Navegantes, e afirma que os estudos técnicos subestimam as projeções de demanda - argumento refutado pela Agência Nacional de Aviação Civil (Anac).

Ainda assim, ele se diz confiante na realização do leilão, mesmo que este tenha que ser adiado. "Liminares são comuns. Podem afetar o cronograma, principalmente para o Bloco Sul, que tem sido o alvo dos questionamentos, mas não deve impactar os projetos de concessão em si. Com o auge da pandemia no Brasil, uma postergação pode até ser bem vista por grupos estrangeiros", afirma.

Procurado, o Ministério de Infraestrutura diz que confia na reversão da liminar a tempo do leilão e destaca que o processo "obedeceu aos prazos e trâmites legais, passando pela análise criteriosa dos órgãos de controle".

Apesar dos questionamentos, a expectativa do mercado é que todos os três blocos tenham interessados, embora o nível de concorrência deva ser menor do que nos últimos leilões - na quinta rodada, o ágio chegou a 986%.

"Obviamente, a pandemia reduz a atratividade, e o caixa de alguns grupos do setor está debilitado. Ainda assim, há diversos interessados, com uma visão de longo prazo", afirma Renato Sucupira, sócio da BF Capital. Para ele, o posicionamento da Anac durante a crise da covid-19 ajudou muito a dar confiança aos investidores. Quando a pandemia teve início, o órgão regulador rapidamente adiou a cobrança de outorgas e realizou o reequilíbrio econômicos de diversas concessões ainda em 2020.

Além disso, o governo reformulou o edital diante do novo cenário. Uma das principais alterações foi a permissão para que fundos de investimento participem diretamente, sem necessidade de formarem consórcio com operadores do setor. Estes poderão ser contratados posteriormente como prestadores de serviço, sem entrar com capital.

"Na atual crise, nem todos os operadores estão dispostos a colocar recursos. A expectativa é que a concorrência seja uma mistura entre fundos sozinhos, operadores que já atuam no Brasil e grupos que ainda não estão no país, em parceria com fundos", avalia o advogado Fabio Falkenburger, sócio do Machado Meyer.

O perfil da competição deve variar de acordo com o bloco. O lote Sul é o mais atrativo e deverá ser o foco de grupos tradicionais do setor e de fundos, afirma Adriana Simões, sócia do Mattos Filho.

O Bloco Norte é visto com o mais desafiador. Seu principal atrativo é o aeroporto de Manaus, que será ofertado junto a outros seis ativos. Para Eduardo Carvalhaes, sócio do Lefosse Advogados, a modelagem do lote passou por reformulações importantes que sanaram preocupações do mercado e o tornaram mais interessante ao setor privado. Agora, o contrato prevê a possibilidade de reequilíbrio econômico-financeiro caso haja alguma alteração no regime tributário da Zona Franca de Manaus, que representa parcela grande da movimentação de passageiros da região.

Porém, a demanda nos demais aeroportos do bloco é incerta. Além disso, a grave crise da região durante a pandemia impacta negativamente a percepção, avalia André Freire, do Mattos Filho.

O terceiro lote do leilão é o chamado Bloco Central, que inclui os aeroportos de Goiânia (GO), Palmas (TO), São Luís (MA), Teresina (PI), entre outros. O lote, que prevê o valor mais baixo de outorga entre os três blocos, tem um potencial menor, com parte de sua movimentação ligada ao agronegócio. A expectativa é que o bloco atraia operadores locais de menor porte ou grupos que já possuem concessões na região Nordeste, diz Aurélio, do Demarest.

